

Ritmo de tartaruga

O presidente do Congresso e do Senado, José Sarney, que nunca fez questão de esconder sua má vontade em relação à prorrogação do Fundo Social de Emergência (FSE), rebatizado de Fundo de Estabilização Fiscal (FEF), está prevendo que dificilmente a proposta governamental, aprovada em 1º turno quarta-feira na Câmara, será votada no Senado e promulgada até 31 de dezembro, o que prejudicará o controle do Orçamento da União de 1996 e, conseqüentemente, colocará em risco o Plano Real.

Em ritmo menos acelerado ainda estão andando outros projetos do governo, também vitais para o Programa de Estabilização Econômica, tais como a reforma administrativa, a reforma da Previdência, a reforma tributária, a nova Lei de Patentes. Além das naturais obstruções da oposição, o que é natural, e que não são, em tese, problema, porque o governo tem ampla maioria tanto na Câmara quanto no Senado, esse atraso no andamento dos projetos é conseqüência de dois grandes vícios que grassam no Legislativo brasileiro.

O primeiro, de caráter político-cultural, é o desleixo com que são tratados pelos parlamentares assuntos de relevante interesse nacional e o preço que muitos costumam cobrar por seus votos. Chova ou faça sol, tenha o projeto a urgência que tiver, o Congresso nunca altera o seu ritmo de tartaruga. Vota-se — e quando se vota — só em três dias da semana, nunca há sessões deliberativas às segundas e sexta-feiras, assim como em semanas em que há algum feriado. Pouco importa para os deputados e senadores que o Orçamento de 1996, por exemplo, em sua primeira versão já traga embutido um déficit de R\$ 18 bilhões e que toda a sociedade — como mostra o apelo feito pelos empresários terça-feira para que se apresse a votação das reformas — esteja esperando a aprovação das emendas constitucionais para poder ter alguma segurança sobre, pelo menos, seu futuro imediato.

Eles não se julgam na obrigação de dar satisfações a quem paga seus ricos salários e mordomias — o contribuinte —, não mudam seus hábitos e costumes e não abrem mão do seu “direito de visitar as bases”.

E, quando se dispõem a votar, isto é, a cumprir suas obrigações, muitos normalmente querem receber algo em troca. Quarta-feira, por exemplo, o governo foi obrigado a “sequestrar” o deputado paulista Valdemar Costa Neto, líder do PFL, um partido aliado do presidente, levando-o a uma reunião com Fernando Henrique Cardoso, para que um destaque que ele apresentou não atrasasse ainda mais a aprovação do FEF. Costa Neto foi sorridente ao Palácio, sabendo o que aconteceria com seu destaque, numa demonstração de que ele não era para valer, mas apenas um elemento de barganha.

O segundo problema é de caráter regimental. Há prazos muito rígidos e muito longos para a tramitação de propostas de emendas constitucionais; que fazem que um projeto, mesmo com a maior boa vontade, leve pelo menos dois meses para ser aprovado em cada uma das casas do Congresso. É necessário que haja prazos razoáveis, suficientes para que os parlamentares tenham tempo para refletir sobre as mudanças que estão sendo propostas, para que nada seja feito de afogadilho. Entretanto, os prazos atuais são excessivos. Quarenta sessões, o que significa quase 60 dias, só para apreciação de uma emenda na Comissão Especial, é um absurdo! A rapidez com que as situações mudam no mundo, totalmente interligado e interdependente, exige um procedimento muito mais rápido no Legislativo, hoje, para alterar leis e dotar o governo e a sociedade de instrumentos de defesa contra bruscas alterações de rumo nos acontecimentos políticos, econômicos e sociais. A crise do México mostrou que em um único dia é possível destruir uma economia nacional.

Está na hora, portanto, de o Congresso Nacional acelerar seu ritmo de trabalho, acabando com o excesso de folgas para “contatos com a base”, e encurtando os prazos para a tramitação de emendas constitucionais. É uma questão de brio. A situação atual só serve àqueles que, como o ex-presidente José Sarney, querem manter o governo — na verdade, a sociedade — como refém do Congresso Nacional.